

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 514

Súmula: Dá nova redação ao art.230 da Constituição Estadual.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado, nos termos do § 3º do art. 64 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 230 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 230. A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura gerido pelo Conselho Estadual de Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 069/2014

Curitiba, em 11 de julho de 2014.

I-Protocolo-se

À Diretoria Geral, com vista à

II- Diretoria de Pessoal

Em, 15/07/2014

Presidente

Senhor Presidente,



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Em conformidade com o preceito contido no art. 64, inciso II, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetida à apreciação desta Assembleia Legislativa, proposta de Emenda Constitucional que objetiva dar nova redação ao artigo 230 da referida Constituição, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Cultura.

O Conselho Estadual de Cultura – CONSEC, instituído pela Lei nº 17.063, de 23 de janeiro de 2012, em Reunião Ordinária realizada no dia 05 de maio de 2013, por unanimidade deliberou por requerer proposta de Emenda Constitucional para que seja excluída do art. 230 a expressão "...formado com recursos extra-orçamentários", considerando que, atualmente, o referido dispositivo prevê que:

Art. 230. A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura, formado com recursos extra-orçamentários, gerido pelo Conselho Estadual de Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio.

Tal solicitação se justifica com a argumentação feita pelos órgãos estaduais de planejamento e finanças de que o art. 230 da CE/89 obstaculiza a vinculação de recursos orçamentários ao Fundo Estadual de Cultura – FEC, instituído pela Lei nº 17.043, de 30 de dezembro de 2011, para o financiamento de programas e projetos culturais conforme facultado pela Constituição Federal.

Diante do exposto, a presente proposição de Emenda à Constituição Estadual, caso aprovada e promulgada por essa Assembleia Legislativa, poderá ser expressa com a seguinte redação:

"Art. 230. A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura gerido pelo Conselho Estadual de Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio."

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembleia Legislativa, esta proposta de Emenda Constitucional, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

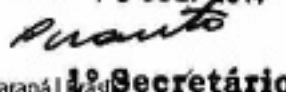
Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 15 JUL. 2014


1º Secretário

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação


Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei 17043 - 30 de Dezembro de 2011

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 8620 de 30 de Dezembro de 2011

Súmula: Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam instituídos, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE e o Fundo Estadual de Cultura - FEC, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do FEC e do Incentivo Fiscal, em projetos culturais, na forma estabelecida por esta Lei.

Art. 2º. O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE tem como objetivos fundamentais:

I - facilitar à comunidade o acesso aos bens e espaços artísticos e culturais, assim como às atividades desenvolvidas na área da cultura;

II - incentivar a produção, difusão e circulação de bens culturais paranaenses nas diversas áreas de atuação;

III - estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as regiões;

IV - garantir a preservação, difusão, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Paraná;

V - propiciar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais atuantes em todo o âmbito estadual

VI - fomentar a pesquisa nos diversos campos da cultura;

VII - promover a inserção da produção cultural do Estado em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico;

VIII - valorizar e difundir o conjunto das manifestações artístico-culturais que constituem a diversidade formadora da identidade cultural do Paraná.

Art. 3º. Os benefícios da presente Lei serão concedidos:

I - às pessoas físicas estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 2 (dois) anos, que apresentarem projetos culturais candidatos a receber os recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura;

II - às pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 02 (dois) anos, responsáveis pela apresentação de projetos culturais a serem beneficiados pelos recursos do PROFICE;

III - às pessoas jurídicas, contribuintes do Estado do Paraná, que optarem pela aplicação de parcelas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS no incentivo a projetos culturais.

§ 1º. Os benefícios a que se refere esta Lei não serão concedidos a proponentes ou incentivadores inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual.

§ 2º. Fica vedada a utilização dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para projetos culturais em que sejam beneficiários a pessoa jurídica contribuinte, seus proprietários, sócios ou diretores, bem como seus cônjuges e parentes em até segundo grau.



§ 3º. Não poderão ser beneficiados com a concessão dos recursos previstos nesta Lei, na modalidade Incentivo Fiscal, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, de qualquer esfera federativa.

§ 4º. As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS) que possuam, respectivamente, termo de parceria ou contrato de gestão com a administração pública estadual, não poderão inscrever projetos a fim de obter financiamento por meio do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

§ 5º. Não poderá participar do PROFICE, como proponente, o servidor ativo ocupante de cargo ou emprego público na Secretaria de Estado da Cultura e nas entidades a ela vinculadas.

§ 6º. Aos membros da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE e das comissões técnicas é vedada a participação no referido Programa, tanto na categoria de proponente como prestador de serviço.

§ 7º. É vedada a apresentação de projeto cultural pelo proponente que estiver inadimplente com o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

Art. 4º. Para efeito desta Lei considera-se:

I - Projeto Cultural: proposta de realização de ações, obras e/ou eventos de conteúdo artístico-cultural e destinação pública, com o objetivo de receber os benefícios do PROFICE, e que estejam de acordo com as seguintes diretrizes:

- a) promoção do acesso aos bens culturais;
- b) fomento da criação, pesquisa e produção artística;
- c) estímulo à descentralização das ações culturais do Estado;
- d) incentivo à formação de plateia;
- e) valorização da qualidade das ações apresentadas no âmbito artístico e de relevância cultural.

II - Proponente: pessoa física ou jurídica estabelecida ou domiciliada no Estado do Paraná, há no mínimo 2 (dois) anos, responsável pelo projeto cultural concorrente aos benefícios concedidos pelo PROFICE;

III - Gestor do projeto: pessoa física ou jurídica a quem o proponente delegar as funções de planejamento, organização, realização e a responsabilidade pela prestação de contas do projeto cultural;

IV - Incentivador: pessoa jurídica contribuinte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS do Estado do Paraná, que destine parcela do tributo, na forma de incentivo fiscal, para a realização de projeto cultural aprovado pelo PROFICE.

Art. 5º. O proponente poderá ter aprovados até 2 (dois) projetos por ano, de acordo com as normas a serem estabelecidas no decreto regulamentador.

Art. 6º. Os projetos culturais deverão se enquadrar nas seguintes áreas de atuação:

- a) artes visuais;
- b) audiovisual (áudio e vídeo);
- c) circo;
- d) dança;
- e) literatura, livro e leitura;
- f) música;
- g) ópera;

- h) patrimônio cultural material e imaterial; e
- i) povos, comunidades tradicionais e culturas populares;
- j) teatro.

Art. 7º. O PROFICE será implantado por meio de recursos provenientes das seguintes receitas:

I - Fundo Estadual de Cultura - FEC, criado por esta Lei, que contará com as seguintes fontes:

- a) dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;
- b) recursos de arrecadação de bilheteria, cessão de espaços e outras rendas provenientes de atividades regimentais da SEEC;
- c) transferências da União;
- d) auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- e) doações e legados;
- f) valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes e projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

- ☐ g) multas e devoluções por utilização indevida de recursos recebidos através do PROFICE;
- h) multas previstas na Lei Estadual de Tombamento do Paraná;
- i) juros e dividendos, bem como quaisquer outras rendas provenientes de aplicações financeiras;
- j) saldos de exercícios anteriores; e
- k) outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas.

II - recursos provenientes do Incentivo Fiscal, decorrentes de aplicações em projetos culturais por parte dos contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, realizadas nos termos desta Lei, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Política Fazendária ou pela legislação vigente.

§ 1º. O contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS poderá, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo, respeitando o disposto nesta Lei, destinar a projetos culturais aprovados pela Secretaria de Estado da Cultura parte do valor do imposto a recolher, apurado nos termos da Lei Estadual de ICMS.

☐ **§ 2º. ...Vetado...**

§ 3º. ...Vetado...

Art. 8º. Os recursos provenientes desta Lei serão destinados ao financiamento de 100% (cem por cento) dos valores aprovados para os projetos selecionados.

§ 1º. Os projetos beneficiados pelo PROFICE deverão apresentar contrapartida a ser definida de forma específica nos editais do Programa.

§ 2º. O financiamento realizado por meio do PROFICE não veda a obtenção de recursos de outras fontes de incentivo direto ou indireto oriundos de Leis Federais de Incentivo à Cultura, Editais de Fomento de empresas públicas e privadas, Leis Municipais de Incentivo e outras fontes de patrocínio direto.

Art. 9º. A gestão do PROFICE será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, cabendo-lhe a função de agente executor do Programa.

§ 1º. A SEEC apresentará, anualmente, plano de ações e de aplicação dos recursos do PROFICE ao Conselho Estadual de Política Cultural, para análise e aprovação.

§ 2º. Caberá à SEEC a criação de equipe técnica para proceder à operacionalização das etapas de execução dos editais, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos projetos aprovados.

§ 3º. A prestação de contas referente à execução do plano de ações e aplicação dos recursos do PROFICE será encaminhada ao Conselho Estadual de Política Cultural para aprovação.



Art. 10. A Secretaria de Estado da Cultura poderá utilizar, anualmente, até 5% (cinco por cento) dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para pagamento de despesas com hospedagem, transportes, consultorias e pareceres técnicos, divulgação, contratações de serviços e eventuais exigências necessárias à administração do PROFICE.

Art. 11. Será criada a Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE, composta por 21 (vinte e um) membros, sendo:

I - presidente da CPROFICE, indicado pelo Secretário de Estado da Cultura;

II - 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes, de livre escolha do Secretário de Estado da Cultura;

III - 1 (um) representante dos dirigentes municipais de cultura do Paraná e respectivo suplente, escolhido por seus pares; e

IV - 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) suplentes pertencentes à comunidade artístico-cultural do Paraná, indicados pelas entidades representativas dos agentes culturais paranaenses, de acordo com as áreas estabelecidas no art. 6º desta Lei.

§ 1º. Aos membros a que se referem os incisos II, III e IV é assegurado o direito a voz e voto, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º. Caberá ao presidente da referida Comissão o voto de qualidade nas deliberações que exigirem desempate.

§ 3º. Compete à CPROFICE a elaboração dos editais do PROFICE, a aprovação dos projetos selecionados pelas comissões técnicas, a indicação dos membros para compor as comissões técnicas e a homologação final dos resultados.

§ 4º. A citada Comissão deverá elaborar e aprovar seu Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e especificando suas atribuições, considerando o previsto nesta Lei e no decreto regulamentador.

Art. 12. As comissões técnicas serão organizadas de acordo com as exigências dos editais definidos pela CPROFICE e compostas por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes.

Parágrafo único. Caberá às referidas Comissões a avaliação técnica e do mérito dos projetos inscritos.

Art. 13. Os recursos interpostos ao resultado dos editais do PROFICE serão julgados em primeira instância pelas comissões técnicas e em segunda instância pela CPROFICE.

Art. 14. Serão definidos em decreto governamental os procedimentos para a constituição da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, assim como as normas referentes à inscrição, realização, prazos para prestação de contas dos projetos culturais, bem como os critérios gerais e específicos para a análise dos mesmos.

Art. 15. Na divulgação dos projetos financiados nos termos desta Lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado do Paraná – Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, de acordo com o padrão de identidade a ser definido pela Secretaria de Estado da Cultura, podendo constar também o apoio do incentivador nos moldes de regulamento específico.

Art. 16. O incentivador que utilizar indevidamente os benefícios desta Lei, mediante dolo ou culpa, fica sujeito à multa correspondente a até duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis, penais ou tributárias.

Art. 17. A utilização indevida dos recursos financeiros obtidos por meio do PROFICE, sujeita o proponente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à suspensão do direito de apresentar projetos culturais pelo prazo de até 2 (dois) anos, à devolução ao Estado dos recursos não utilizados na finalidade originalmente prevista e à multa correspondente até o dobro do valor desses recursos.

Art. 18. Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de 60 (sessenta)

dias a contar de sua vigência.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as Leis nº 13.133 de 16 de abril de 2001, nº 13.165 de 05 de junho de 2001 e demais disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 2011.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Paulino Viapiana
Secretário de Estado da Cultura

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot.nº 10.997.300-9

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 17063 - 23 de Janeiro de 2012

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 8636 de 23 de Janeiro de 2012

Súmula: Institui o Conselho Estadual de Cultura - CONSEC e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Das Finalidade

- ☐ **Art. 1º.** O Conselho Estadual de Cultura reger-se-á por esta Lei, caracterizado como órgão colegiado, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas públicas de cultura do Estado do Paraná.

TÍTULO II

Da Composição

Art. 2º. O Conselho Estadual de Cultura constitui-se por 36 (trinta e seis) membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:

I - o Secretário de Estado da Cultura, na qualidade de Presidente;

II - 17 (dezessete) membros titulares escolhidos pelo Poder Executivo Estadual, sendo:

a) 05 (cinco) membros selecionados entre funcionários efetivos ou detentores de cargo em comissão, em exercício na Administração Pública Estadual;

b) 01 (um) representante das Universidades Estaduais;

☐ **c)** 01 (um) representante das Universidades Federais localizadas no Paraná;

d) 01 (um) representante escolhido dentre os gestores de cultura das seguintes organizações: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

e) 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP);

f) 08 (oito) representantes selecionados entre os gestores municipais de cultura.

III - 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 08 (oito) representantes das regiões histórico-culturais do Paraná e 10 (dez) representantes das seguintes áreas, assim estabelecidas:

a) teatro;

b) ópera

c) circo;

d) artes visuais;

e) audiovisual;

- f) dança;
- g) literatura, livro e leitura;
- h) música;
- i) patrimônio cultural material e imaterial;
- j) manifestações populares, tradicionais e étnicas da cultura.

§ 1º. Os integrantes descritos nos incisos II e III serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º. Os membros a que se refere o inciso III serão eleitos em Conferência Estadual de Cultura, convocada pelo Governador do Estado e regulamentada, por meio de edital, pelo Secretário de Estado da Cultura.

§ 3º. Para efeito desta Lei, serão estabelecidas 08 (oito) macrorregiões no âmbito do Estado do Paraná, a serem definidas por Decreto governamental.

Art. 3º. Havendo a necessidade, o CONSEC criará Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, de caráter temporário, com o objetivo de fornecer subsídios para a tomada de decisão nos temas específicos, transversais ou emergenciais.

- Art. 4º. O Conselho contará com um Secretário Executivo a ser indicado por seu Presidente, entre os funcionários que compõem o Gabinete do Secretário de Estado da Cultura.

TÍTULO III

Das Competência

Art. 5º. Ao Conselho Estadual de Cultura compete:

I - participar da formulação das políticas públicas do Governo do Estado do Paraná na área da cultura;

II - cooperar com os conselhos de política cultural nas esferas municipal, estadual e federal;

III - estimular a formação de redes e sistemas setoriais em todas as áreas culturais;

IV - estabelecer orientações e moções pertinentes aos objetivos e atribuições relacionadas à cultura;

- V - emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhes sejam submetidas pelo Secretário de Estado da Cultura ou pelos membros do CONSEC;

VI - promover a cooperação técnica e parcerias com a sociedade civil organizada;

VII - incentivar a proteção do patrimônio cultural;

VIII - valorizar as manifestações culturais locais e regionais;

IX - incentivar pesquisas sobre a cultura paranaense;

X - definir critérios e propor a formação de comissões específicas, grupos de trabalho e congêneres, sempre que necessário, visando ao cumprimento das atividades relativas às suas competências;

XI - participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de Cultura;

XII - fiscalizar a aplicação dos recursos oriundos das transferências entre os entes da federação;

XIII - acompanhar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura;

XIV - participar da formulação do Plano Anual de Ações e da definição e aprovação dos editais do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná - PROFICE;

XV - analisar e sancionar a prestação de contas da execução do Plano Anual de Ações e do PROFICE;



- XVI** - acompanhar o funcionamento do Sistema Estadual de Informações Culturais;
- XVII** - dar parecer sobre normas e critérios do cadastramento dos agentes culturais do Paraná;
- XVIII** - Ratificar o edital que regulamenta a Conferência Estadual de Cultura;
- XIX** - elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Estadual de Cultura.



TÍTULO IV

Do Funcionamento

Art. 6º. As reuniões do Conselho Estadual de Cultura serão bimestrais, salvo as extraordinárias.

Art. 7º. As decisões proferidas pelo Conselho, por maioria simples de votos, com exceção das matérias que exijam quorum qualificado nos Termos do Regimento Interno do Conselho, serão reduzidas a termo, na forma de atos, deliberações e resoluções, devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Cultura.

Parágrafo único. Ao Presidente do CONSEC caberá o voto de qualidade, nas deliberações que exigirem desempate.

Art. 8º. A função de membro do Conselho Estadual de Cultura não será remunerada, sendo considerada de relevante serviço prestado ao Estado.

Parágrafo único. Nos casos em que o Conselheiro seja servidor público estadual, o desempenho de suas funções no Conselho terá prioridade sobre outras que eventualmente exerça no serviço público estadual.

Art. 9º. As reuniões do CONSEC serão instaladas mediante presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 10. O suplente substituirá o Conselheiro titular nos casos de impedimento, perda de mandato, morte, renúncia ou impossibilidade comprovada do Conselheiro em participar dos trabalhos, cabendo ao Presidente declarar aberta a vaga e a convocação imediata de seu suplente.

Art. 11. A perda do mandato de Conselheiro dar-se-á pelo exercício simultâneo de funções incompatíveis ou pela ausência contínua, sem prévio pedido de licença ou apresentação de justificativa aceita, por mais de duas sessões plenárias consecutivas ou por quatro sessões plenárias alternadas durante o mandato.

Art. 12. Fica a Secretaria de Estado da Cultura autorizada a prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, através de recursos humanos, materiais e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Cultura.

Parágrafo único. Os Conselheiros vinculados ao CONSEC terão o custeio das despesas referentes à hospedagem, alimentação e ao deslocamento, a fim de atender à convocação das reuniões bimestrais ordinárias ou extraordinárias, cumprindo-se os procedimentos legais estabelecidos.

TÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 13. O Conselho aprovará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de janeiro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Paulino Viapiana
Secretário de Estado da Cultura

AJB/Prot.nº 11.131.248-6

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



> [topo](#) <



ATO DO PRESIDENTE Nº 8/2014

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXII, do Regimento Interno, em face do contido no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2014,

D E C L A R A

Constituída a Comissão Especial que tem como finalidade opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 5/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 69/2014, com o objetivo de conferir nova redação ao artigo 230 da Constituição Estadual. Conforme indicação dos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes Deputados: Luiz Eduardo Cheida (PMDB), titular e Teruo Kato (PMDB), suplente; Rose Litro (PSDB), titular e Cantora Mara Lima (PSDB), suplente; Elio Rusch (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente; Péricles de Mello (PT), titular e Tadeu Veneri (PT), suplente; Nelson Luersen (PDT), titular e Andre Bueno (PDT), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será Presidida pela Deputada Rose "Litro" e relatada pelo Deputado Elio Rusch. Assim, para que se cumpram suas finalidades, o Senhor Presidente determinou que se lavrasse o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 25 de agosto de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Sessões Plenárias

Sessão Extraordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Extraordinária de dia 13 de agosto de 2014 - Ata nº 16

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às onze horas e dezessete minutos, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença das seguintes Parlamentares: Adelson Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), André Bueno (PDT), Aníbal Neto (PMDB), Arângelo Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cantora Maria Lúcia (PSDB), Cleiton Klebe (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Elio Ruch (DEM), Evaristo Junior (PSDB), Felipe Lucas (PPS), Fernando Scaramata (PDT), Francisco Böhner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Homens Brandão Jr. (PSB), Jonas Guimarães (PMDB), Luciano Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Luiz Eduardo Chelido (PMDB), Maria Turck (PSD), Nelson Junior (DEM), Nelson Luermen (PDT), Omar Bertoldi (DEM), Pastor Edson Paszyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Melo (PT), Plauto Miró (DEM), Raissa Rodrigues (PV), Roberto Acioli (PV), Rose "Lino" (PSDB), Tadeu Veneri (PT), Tereza Turini (PPS), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quirino (PSB) (38 Parlamentares). Deputados ausentes: Alexandre Carli (PMDB), Caio Quirino (PMDB), Dr. Batista (PMDB), Duffio Genari (PP), Elio Weber (PT), Elio Venti (PT), Laila Accorsi (PSDB), Mauro Moraes (PSDB), Nereu Moura (PMDB), Paranhos (PSC), Stephenes Junior (PMDB), Tereza Kato (PMDB), Toninho Wandolcheer (PT), Nelson Garcia (PSDB), Ney Leprevost (PSD) e Professor Lenas (PT) (16 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Valdir Rossoni, secretariado pelos Srs. Deputados Gilson de Souza (na função de 1º Secretário) e Cantora Maria Lúcia (na função de 2º Secretário), "sob a proteção de DEUS", iniciou os trabalhos da 16ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, conforme requerimento aprovado da autoria do Deputado Valdir Rossoni, protocolado sob o nº 4.185/2014.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Não havendo Ata a ser lida, passamos à Ordem do Dia. Peço aos Srs. Deputados que registrem as suas presenças, porque o projeto que vamos votar é lei complementar, temos que ter 28 votos; é o registro do índice da Defensoria Pública.

ORDENAMENTO

[Início-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Manifestações sem revoto dos oradores. Presidente sem voto. Votações registradas por meio do painel eletrônico e contagem dos relatórios transcritos em cada item, exceto quando efetuada a votação simbólica.]

ITEM 1 - 2ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 8/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 36/2014, que estabelece, para revisão geral anual do ano de 2014, o Índice Geral de 5,28% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras dos servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCI e Comissão de Finanças. Este projeto tem o parecer favorável da Comissão; está em condições de ser votado pelo Plenário. Está em discussão. Está em votação. Votos concluídos. Peço aos Srs. Deputados que registrem o seu voto, porque precisamos de 28 votos nesta votação. Encerrada a votação. [Matrizes "tela": Adelson Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Bueno, Aníbal Neto, Arângelo Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Maria Lúcia, Cleiton Klebe, Douglas Fabrício, Elio Ruch, Felipe Lucas, Fernando Scaramata, Francisco Böhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homens Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciano Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Chelido, Maria Turck, Nelson Junior, Nelson Luermen, Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupion, Péricles de Melo, Plauto Miró, Raissa Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Lino", Tadeu Veneri, Tereza Turini, Waldyr Pugliesi e Wilson Quirino (25 Deputados). Não votaram: Alexandre Carli, Caio Quirino, Dr. Batista, Duffio Genari, Elio Weber, Elio Venti, Evaristo Junior, Laila Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Omar Bertoldi, Paranhos, Professor Lenas, Stephenes Junior, Tereza Kato, Toninho Wandolcheer e Valdir Rossoni (19 Deputados)]. Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário está aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 8/2014.

ITEM 2 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 353/2014, de autoria dos Deputados Plauto Miró, Ademar Traiano, Pedro Lupion e Bernardo Ribas Carli, que revoga dispositivos da Lei Florestal do Estado, bem como a Lei de Auditoria Ambiental. Pareceres favoráveis da CCI, Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e Comissão de Agricultura em Comissão Geral do Plenário. Requerimento de Comissão Geral do Plenário. Teido este projeto os pareceres favoráveis das Comissões, está em condições de ser votado pelo Plenário. Está em discussão. Está em votação. Favoráveis, "sim"; contrários, "não". Votando.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Voto "não", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Votos concluídos. Srs. Deputados, Encerrada a votação. [Matrizes "tela": Adelson Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Bueno, Arângelo Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Maria Lúcia, Douglas Fabrício, Elio Ruch, Felipe Lucas, Fernando Scaramata, Francisco Böhner, Gilson de Souza, Homens Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Maria Turck, Nelson Junior, Nelson Luermen, Omar Bertoldi, Pedro Lupion, Plauto Miró, Raissa Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Lino", Tereza Turini, Waldyr Pugliesi e Wilson Quirino (24 Deputados). Votaram "não": Aníbal Neto, Cleiton Klebe, Gilberto Ribeiro, Luciano Rafagnin, Laila Accorsi, Laila Chelido, Pastor Edson Paszyk, Péricles de Melo e Tadeu Veneri (6 Deputados). Não votaram: Alexandre Carli, Caio Quirino, Dr. Batista, Duffio Genari, Elio Weber, Elio Venti, Evaristo Junior, Laila Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Professor Lenas, Stephenes Junior, Tereza Kato, Toninho Wandolcheer e Valdir Rossoni (18 Deputados)]. Com 28 votos favoráveis e 6 votos contrários está aprovado o Projeto de Lei nº 353/2014.

ITEM 3 - 2ª Discussão do Projeto de Resolução nº 15/2014, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Wilson Quirino, que aprova o Relatório Final da Comissão Especial Agenda Paraná - Relações do Estado com a União.

Em discussão. Votando. Encerrada a votação. [Matrizes "tela": Adelson Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Bueno, Aníbal Neto, Arângelo Junior, Cantora Maria Lúcia, Cleiton Klebe, Douglas Fabrício, Elio Ruch, Felipe Lucas, Fernando Scaramata, Francisco Böhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homens Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciano Rafagnin, Luiz Eduardo Chelido, Maria Turck, Nelson Junior, Nelson Luermen, Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupion, Roberto Acioli, Rose "Lino", Tadeu Veneri, Tereza Turini, Waldyr Pugliesi e Wilson Quirino (25 Deputados). Não votaram: Alexandre Carli, Bernardo Ribas Carli, Caio Quirino, Dr. Batista, Duffio Genari, Elio Weber, Elio Venti, Evaristo Junior, Laila Accorsi, Laila Chelido, Luciano Romanelli, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Omar Bertoldi, Paranhos, Plauto Miró, Professor Lenas, Raissa Rodrigues, Stephenes Junior, Tereza Kato, Toninho Wandolcheer e Valdir Rossoni (22 Deputados). Abstenção: Péricles de Melo (1 Deputado)]. Com 30 votos favoráveis e 1 abstenção está aprovado o Projeto de Resolução nº 15/2014.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos requerimentos.)

REQUERIMENTOS

Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento nº 4.194/2014, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando dispensa de votação de redação final para o Projeto de Resolução nº 15/2014 da Ordem do Dia, pois não recebeu nenhuma no curso de sua tramitação; Requerimento nº 4.195/2014, do Deputado Valdir Rossoni, solicitando dispensa de votação de redação final para o Projeto de Lei nº 353/2014 da Ordem do Dia, pois não recebeu nenhuma no curso de sua tramitação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária. "LEVANTA-SE A SESSÃO" (Sessão encerrada às 11h20, tendo sido lida a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 17.3.2005, Regimento Interno.)

82739/2014

Processo Legislativo

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 8/2014

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXII, do Regimento Interno, em face do conteúdo no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária de dia 13 de agosto de 2014,

DECLARA

Constituída a Comissão Especial que tem como finalidade opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 5/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 63/2014, com o objetivo de conferir nova redação ao artigo 230 da Constituição Estadual. Conforme indicação dos Deputados a Comissão Especial será composta pelos seguintes Deputados: Luiz Eduardo Chelido (PMDB), titular e Tereza Kato (PMDB), suplente; Rose Lino (PSDB), titular e Cantora Maria Lúcia (PSDB), suplente; Elio Ruch (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente; Péricles de Melo (PT), titular e Tadeu Veneri (PT), suplente; Nelson Luermen (PDT), titular e André Bueno (PDT), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será Presidida pelo Deputado Rose "Lino" e relatada pelo Deputado Elio Ruch. Assim, para que se cumpram suas finalidades, o Senhor Presidente determinou que se lavrasse o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 25 de agosto de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente

82768/2014

RESOLUÇÃO Nº 12, de 25 de agosto de 2014

Aprovação da prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de março de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de março de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 25 de agosto de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente

82816/2014



PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL nº 5/2014

AUTOR: PODER EXECUTIVO

Ato do Presidente nº 8, de 25 de setembro de 2014

I – RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Poder Executivo que tem por objetivo alterar o art. 230 da Constituição do Estado do Paraná para suprimir a expressão “formado com recursos extra-orçamentários”.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 191 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, preenche o requisito insculpido no inciso II do art. 64 da Constituição do Estado do Paraná, no tocante à competência do Governador do Estado para deflagrar tal proposição.

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros. (Original sem destaques)



Ademais, a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio (§ 1º do art. 64 da Constituição Estadual).

Com relação à constitucionalidade da proposta, cabe salientar o disposto no § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Art. 216

(...)

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apolados.

O texto constitucional em comento foi incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, diante da necessidade de se incrementar o conceito de cultura que norteou o Poder Constituinte originário.

Com a redação atual do art. 230 da Constituição Estadual não é possível a realização de vinculação de recursos orçamentários ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio, através do Fundo Estadual da Cultura.

Desnecessário aqui discorrer sobre os conceitos de receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, haja vista que o fato de suprimir a expressão “recursos extra-orçamentários” do texto legal não quer dizer que estas não poderão ser utilizadas. O objetivo



da alteração constitucional é ampliar o leque de financiamento da cultura e não restringi-lo.

III - CONCLUSÃO

Do exposto, resta clara a necessidade de adaptação da Constituição do Estado do Paraná para possibilitar ao Governo do Estado a vinculação de recursos orçamentários para o desenvolvimento de atividades geridas pelo Conselho Estadual de Cultura com recursos do Fundo Estadual de Cultura.

A alteração proposta visa adequação ao § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Assim, esta comissão emite parecer FAVORÁVEL à Constitucionalidade da proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.

Deputada Rose Litro - PRESIDENTE

Deputado Ello Rusch - RELATOR

Deputado Tadeu Veneri

Deputado Nelson Luersen

Deputado Teruo Kato

Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 5/2014

Aos dezessis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às 11h00min, reuniu-se, na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Especial, constituída pelo Ato do Presidente nº 8/2014, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 718, de 26 de agosto de 2014, sob a presidência do Deputado Rose Lirio, para apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 5 de 2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 69 de 2014, que “*altera o artigo 230 da Constituição Estadual, para ampliar a possibilidade de financiamento da Cultura no Estado. Coratada a existência de quórum necessário, a Senhora Presidente declarou aberta a sessão, passando a palavra ao Relator, Deputado Elio Rauch, para que procedesse à leitura do Parecer. Ao continuar, o parecer foi submetido à discussão e votação pela Senhora Presidente e aprovado por unanimidade, estando a Proposta de Emenda à Constituição em condições de ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia para ser incluída no Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata que segue assinada por ela e pelos demais membros da Comissão.*

Deputada Rose Lirio
Presidente

Deputado Elio Rauch
Relator

Deputado Nelson Larsen
Membro Titular

Deputado Terezo Kato
Membro Suplente

90764/2014

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 5/2014

AUTOR: PODER EXECUTIVO

Ato do Presidente nº 8, de 25 de setembro de 2014

I – RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Poder Executivo que tem por objetivo alterar o art. 230 da Constituição do Estado do Paraná para suprimir a expressão “*formado com recursos extra-orçamentários*”.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 191 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, preenche o requisito insculpido no inciso II do art. 64 da Constituição do Estado do Paraná, no tocante à competência do Governador do Estado para deflagrar tal proposição.

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros. (Original sem destaques)

Ademais, a proposta obteve a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio (§ 1º do art. 64 da Constituição Estadual).

Com relação à constitucionalidade da proposta, cabe salientar o disposto no § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Art. 216 ...

(...)

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas.

O texto constitucional em comento foi incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, diante da necessidade de se incrementar o conceito de cultura que norteou o Poder Constituinte originário.

Com a redação atual do art. 230 da Constituição Estadual não é possível a realização de vinculação de recursos orçamentários ao custeio de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio, através do Fundo Estadual da Cultura.

Desnecessário aqui discorrer sobre os conceitos de receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, haja vista que o fato de suprimir a expressão “*recursos extra-orçamentários*” do texto legal não quer dizer que estas não poderão ser utilizadas. O objetivo da alteração constitucional é ampliar o leque de financiamento da cultura e não restringi-la.

III – CONCLUSÃO

Do exposto, resta clara a necessidade de adaptação da Constituição do Estado do Paraná para possibilitar ao Governo do Estado a vinculação de recursos orçamentários para o desenvolvimento de atividades geridas pelo Conselho Estadual de Cultura com recursos do Fundo Estadual da Cultura.

A alteração proposta visa adequação ao § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Assim, esta comissão emite parecer FAVORÁVEL à Constitucionalidade da proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.

Deputada Rose Lirio – PRESIDENTE

Deputado Elio Rauch – RELATOR

Deputado Nelson Larsen

Deputado Terezo Kato

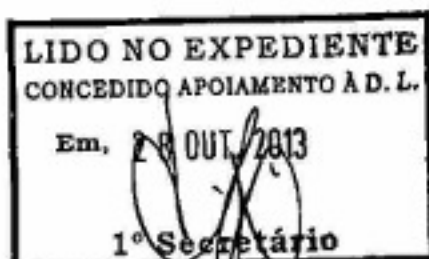
90764/2014



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI 564/13

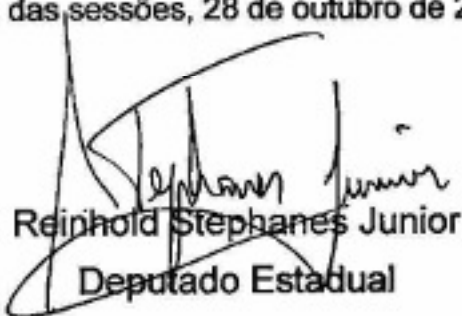


SÚMULA: Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná os Jogos da **Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Paraná- AMCESPAR**.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, os JOGOS AMCESPAR (Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Paraná), a ser realizado anualmente, no mês de outubro, na Cidade de Irati-PR.

Art. 2º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 28 de outubro de 2013.


Reinhold Stephanes Junior
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Estado do Paraná –**AMCESPAR**– Microrregião 17, foi fundada em 25 de março de 1983 na Cidade de Irati-PR.

A **AMCESPAR** é uma entidade que visa especialmente a integração administrativa, executiva, econômica e social dos municípios que a compõem, compreendidos na região centro-sul do Estado do Paraná.

Foi constituída, na sua fundação, pelos municípios de Irati sendo cidade pólo e sede onde concentra as secretarias de estado: Inácio Martins, Ipiranga, Ivai, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.

A **AMCESPAR** acolhe também os municípios que vieram a ser criados por desmembramentos, como é o caso de Fernandes Pinheiro (Teixeira Soares) e Guamiranga (Imbituva).

Através da lei número 11.121 do Diário Oficial do Estado do Paraná em 30 de junho de 1995 a **AMCESPAR** foi declarada de Utilidade Pública sem fins Lucrativos.

Através da união destes 12 municípios, todas as determinações estabelecidas pelos seus representantes significam a administração de uma área de 9.841.622 Km, onde a população ultrapassa os 225.000 habitantes.

Respeitada a autonomia dos Municípios estabelecida pela Constituição Federal, a **AMCESPAR** tem por como finalidade a integração regional, econômica e administrativa dos Municípios associados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 564/2013

Projeto de Lei nº. 564/2013

Autor: Deputado Stephanes Junior.

Súmula: Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná os Jogos da Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Paraná – AMCESPAR.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO OS JOGOS DA AMCESPAR. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado os Jogos da Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Paraná (AMCESPAR), a ser comemorado anualmente, no mês de outubro, na cidade de Irati-PR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

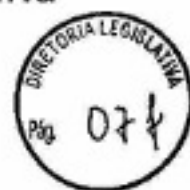
Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o **pleno exercício dos direitos culturais** e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APPROVADO

06/05/14

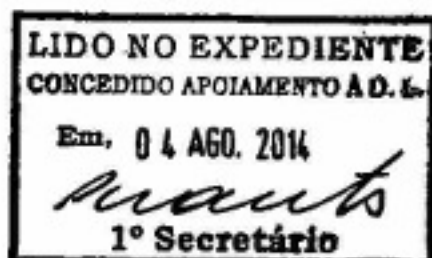


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



PROJETO DE LEI N. 354/14



SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Instituto de Atendimento e Pesquisa em Equoterapia e Responsabilidade Social, com sede e foro no Município de Curitiba Pr.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Atendimento e Pesquisa em Equoterapia e Responsabilidade Social, com sede e foro no Município de Curitiba Pr.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de Agosto de 2014.


GILSON DE SOUZA

Deputado Estadual

3º. Secretário



JUSTIFICATIVA

O Instituto de Atendimento e Pesquisa em Equoterapia e Responsabilidade Social tem como finalidade o desenvolvimento sustentável através de pesquisas e projetos ligados à Promoção Social e ao Meio Ambiente, desenvolvendo seus trabalhos junto à criança e adolescentes.

O Instituto atua também no atendimento à pessoas com necessidades especiais através de uma equipe multidisciplinar especializada.

Tem como princípio ético e geral, a isenção de quaisquer preconceitos ou discriminações relativo à cor, raça. Credo religioso, a classes socioeconômicas

Por Tratar-se de Instituição séria e organizada, consideramos nosso pleito justo e legítimo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 354/2014

Projeto de Lei nº. 354/2014
Autor: Deputado Gilson de Souza

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto de Atendimento e Pesquisa em Equoterapia e Responsabilidade Social, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Gilson de Souza, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO DE ATENDIMENTO E PESQUISA EM EQUOTERAPIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12 de Agosto de 2014.

Nelson Justus
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Fernando Scanavacca
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Ademir Traiano

Terêncio Turine

Pedro Lupion

Alexandre Puri
Pastor Edison